

PROJETO ESPECIAL DE ESCOLA BILÍNGUE – LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA: TRANSCENDENDO AS DIFERENÇAS.

ELIANE CRISTINA DE OLIVEIRA¹

Resumo: Este artigo trata sobre a Educação de surdos no Ensino Fundamental do município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo, e sua relação com o bilinguismo. O objetivo desta pesquisa é analisar a legislação de São José dos Campos sobre a inclusão de surdos e o Projeto Especial da Escola Bilíngue LIBRAS /Língua Portuguesa da EMEF Prof. Maria Aparecida dos Santos Ronconi, para identificar a posição-sujeito do surdo e ouvinte. Por meio de um estudo bibliográfico apresenta-se o percurso histórico da Análise do Discurso. Considerando o conceito de sujeito e de posição-sujeito definido pelo quadro teórico da Análise do Discurso, busca-se identificar quais são as posições-sujeito do surdo e do ouvinte determinada pelos discursos que dão lhes sustentação: a legislação do município. Como resultado, evidenciou que surdo e ouvinte ocupam a mesma posição-sujeito, como diferentes, portanto, equiparados. Isso permite concluir um deslocamento ascendente da posição-sujeito do surdo no processo de educação inclusiva.

Palavras-chave: Bilinguismo; Surdo; Ouvinte; Posição-sujeito.

Abstract: This paper specifically addresses the issue of Deaf education in elementary school in São José dos Campos, state of São Paulo, and its relation to bilingualism. The objective of this research is to analyze the legislation applied in São José dos Campos regarding to the inclusion of deaf and the Special Project School Bilingual LIBRAS / Portuguese developed at EMEF of Prof. Maria Aparecida dos Santos Ronconi, to identify the position of the deaf student and the listener one in education. Through a bibliographical study it is presented the historical discourse analysis. Considering the concept of subject and subject position defined by the theoretical framework of discourse analysis, we attempt to identify which are the subject-positions of the deaf and the listener determined by the discourses which give them support: the legislation of the municipality. As a result, showed that deaf and hearing people occupy the same subject position, as different, therefore, equivalent. This allows complete an upward shift of the subject position of the deaf in the process of inclusive education.

Keywords: Bilingualism, Deaf; Listener;-subject position.

¹ Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté (UNITAU) – São Paulo. Artigo realizado sob orientação da Prof. Dra. Elzira Yoko Uyeno para a disciplina de Análise do Discurso.

I- INTRODUÇÃO:

Este artigo tem como tema a Educação do surdo no Ensino Fundamental do Município de São José dos Campos a partir da legislação municipal que implantou e regulamentou o Projeto de Escola Bilíngue- LIBRAS e Língua Portuguesa para surdos e ouvintes. Tal fato atualiza o debate sobre inclusão e responde a questões sobre o bilinguismo para surdos e ouvintes.

O objetivo desta pesquisa é analisar a legislação de São José dos Campos - Lei 8117/10 de 19 de maio de 2010 - sobre inclusão de surdos e o projeto da Escola Bilíngue LIBRAS /Língua Portuguesa da EMEF Prof. Maria Aparecida dos Santos Ronconi para identificar a posição-sujeito do surdo e ouvinte na Educação de São José dos Campos.

Para conduzir este artigo realizou-se um estudo bibliográfico apresentado no percurso histórico da Análise do Discurso, com detalhamento no item seguinte do conceito de posição-sujeito. Seguiu-se a apresentação do corpus de pesquisa e sua análise.

Como resultado, a análise dos dados evidenciou que surdo e ouvinte ocupam uma posição-sujeito como diferentes, portanto, equiparados. Isso permite concluir um deslocamento ascendente da posição-sujeito do surdo no processo de educação inclusiva.

II - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 - Percurso Histórico da Análise do Discurso

A análise do discurso tem como objetivo o estudo da linguagem em funcionamento. Embora muito antes do século XX, como nos mostra Sargentini (1999), na época de Aristóteles, por exemplo, tenham ocorrido estudos da linguagem, esta se restringiu aos fins persuasivos e artísticos. Foi na década de 20, do século passado, que os russos se dedicaram à análise estrutural do conto popular russo. Contudo, apenas na década de 60 é que o texto é considerado como objeto de estudo científico desenvolvendo-se uma teoria de análise de texto. Isso se deve ao fato de que embora a Linguística já tivesse sido inaugurada como ciência por Saussure no início do século XX, durante muito tempo se restringiu ao estudo

sistemático da Língua em seus elementos isolados, abstraídos de suas relações complexas, não ultrapassando os limites da frase.

Um longo caminho, nos estudos linguísticos, vai sendo percorrido promovendo-se ampliações constantes: subjetividade da língua; gramáticas de texto; sequências de enunciados; semântica gerativa; pragmática; problemática da enunciação e sua relação com o enunciado; discurso. Enfim, considerando-se o mundo, o sujeito, o referente e a História, chega-se a complexidade do texto, como uma manifestação do discurso que comporta vários níveis de análise.

Nas décadas de 60 e 70 temos o desenvolvimento da Análise do Discurso na França com forte influência marxista, ou seja, apresenta-se “uma análise do texto considerando o relacionamento das materialidades discursivas com a História, avaliando as condições de produção em que o texto ocorre” (SARGENTINI, 1999, p. 41).

As bases teóricas da Análise do Discurso, nesse momento, de acordo com SARGENTINI (1999), são radicalmente estruturalistas. Com Pêcheux, desenvolve-se o programa da análise automática do discurso AAD - 69 - nos estudos linguísticos, buscando dar conta da exterioridade do texto, desenvolve uma metodologia para o desenvolvimento de um analisador sintático. Utiliza-se da metodologia distribucionalista de Harris para explorar a “maquinaria discursivo- estrutural”. Entendendo como máquina discursiva um mito, uma ideologia, uma episteme, por exemplo, busca-se “reunir um conjunto de traços discursivos empíricos fazendo a hipótese de que a produção desses traços foi dominada por uma máquina discursiva.” (SARGENTINI, 1999, p 42). Outro conceito importante apresentado por Pêcheux a partir de Althusser é a concepção de sujeito como “assujeitado”- “o sujeito-estrutura que determina os sujeitos como produtores de seus discursos - os sujeitos acreditam que utilizam seus discursos quando na verdade são seus servos assujeitados, seus suportes” (PÊCHEUX, 1990, p. 311 apud SARGENTINI, 1999, p. 42).

Por volta de 75 elabora-se a noção de interdiscurso para designar o “exterior específico” de formação discursiva, para indicar a inscrição no interior do discurso do exterior discursivo. Desenvolve-se a noção de Formação Discursiva (FD), que caracteriza a situação de enunciação como determinada por uma formação ideológica. Temos então, a caracterização do processo discursivo pela formação ideológica, como uma matriz de sentido, que determina o que pode e o que não pode ser dito, sendo seu sentido construído na medida em que se concebe o discurso como pertencente a esta ou aquela FD. Esta noção apresentado por Foucault, traz a problematização de que “uma FD não é um espaço estrutural fechado,

pois é constitutivamente invadida por elementos que vem de outro lugar , isto é , de outras FD, que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais” (PECHEUX , 1990, p 314, apud SARGENTINI, 1999, p. 43). Identificamos a formação discursiva através de um certo número de regularidades do enunciado. A noção de maquinaria discursiva fechada e do analisador sintático fica insuficiente.

Percebemos que a ideologia produz os processos de assujeitamento, num movimento de interpelação do indivíduo por uma ideologia manifestada em uma FD na qual o sujeito se submete, embora tenha a ilusão de autonomia. Segundo Gregolin (2003), para Althusser a ideologia “é a maneira pela qual os homens vivem as relações com suas condições materiais de existência.” São características da ideologia: sua organicidade; ser historicamente necessárias; apresentar como função específica numa formação social o ocultamento e o deslocamento das contradições reais de uma sociedade; têm existência material em instituições.

Novos conceitos são elaborados a partir da década de 80 tendo como contribuição os estudos de Bakhtin (2011, p. 272) sobre dialogismo: “toda compreensão plena real é ativamente responsiva”, sendo cada enunciado “um elo na corrente organizada de outros enunciados”, ou seja, (FIORIN, 2009, p. 44), são réplicas “de um diálogo que se estabelece entre enunciados circulantes no mundo” estão repletos de ecos e lembranças de outros enunciados - o enunciador não é o primeiro locutor. Estes, que “habitualmente chamamos de discurso”, são as unidades reais de comunicação. Temos então “relações dialógicas”, ou seja, “relações entre distintas posições.” Perceber essas relações dialógicas, ou seja, o dialogismo constitutivo do enunciado é imprescindível para a sua compreensão. Desta incorporação, J. Authier-Revuz trará para AD a ideia de heterogeneidade do discurso, indicando uma via para a análise das relações entre o fio do discurso (intradiscurso) e o interdiscurso, na análise das não coincidências do dizer (GREGOLIN, 2003).

Além destes três pilares – Althusser, Foucault e Bakhtin – que marcam a Análise do Discurso como espaço das questões criadas pelas contribuições do Marxismo e da Linguística, temos também Lacan, que traz as contribuições da Psicanálise para o fazer do analista (GRANTHAM, 2005). Desta última área do conhecimento incorporam-se os conceitos de formação imaginária, de simbólico e de inconsciente.

2.2 – Posição-sujeito

As considerações feitas neste artigo se apoiam na contribuição da Psicanálise no conceito de sujeito, que sob a perspectiva da Análise do Discurso, promove o deslocamento da noção de indivíduo para sujeito como aquele que se constitui na relação com o simbólico, com a história (GRANTHAM, 2005). Considerado “um sujeito diferente, não empírico e não coincidente consigo mesmo, mas um sujeito materialmente dividido desde sua constituição. Um sujeito que é sujeito à língua e à história, pois é afetado por elas e que produz sentidos sob tais condições” (GRANTHAM, 2005, p. 139).

Trata-se do sujeito enquanto posição, um lugar. O modo como o sujeito ocupa esse lugar não lhe é acessível, da mesma forma que a língua não é transparente nem o mundo diretamente apreensível. Sendo constituído pela ideologia, que interpela o sujeito, tornando-se condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Produzindo uma ideia de evidência subjetiva nas quais se constitui o sujeito, a ideologia dissimula sua existência no interior de seu próprio funcionamento. Temos então, no dizer de Pêcheux, uma ilusão do sujeito que apresenta-se promovendo dois esquecimentos: que o seu dizer faz parte de uma formação discursiva ou de várias e de que é interpelado pela ideologia. Como “sujeito do discurso, é interpelado mas acredita-se livre; é dotado de inconsciente, mas percebe-se plenamente consciente.” Indursky (1997, p 24 in GRANTHAM, 2005, p. 140).

Nas palavras de BOLONHINI e COSTA (2011, p. 84) :

“ tendo sido constituído pelo discurso, o sujeito é definido pela posição que ocupa na cadeia discursiva. A maneira pela qual os fatos são interpretados, são resultantes da constituição discursiva do sujeito, ou seja, da posição-sujeito. Essa constituição pelo discurso definirá tanto as interpretações que o sujeito fará dos objetos simbólicos, como a maneira pela qual ele é interpretado pelos outros sujeitos. Isso significa dizer que ser ouvinte em relação como o não ouvinte, ou seja, com o surdo, tem determinações discursivas, portanto, históricas. As relações de um com o outro é determinada pelos discursos que dão sustentação às suas posições-sujeito. ”

III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entendendo a Análise do Discurso considerando a implicação existente entre o modo de enunciação e a ocorrência desta em um determinado lugar, analisaremos a posição-sujeito na legislação de inclusão escolar do município de São José dos Campos, estado de São Paulo.

O Artigo de Carmem Z. BOLONHINI e Juliana P. B COSTA (2011), traz um percurso histórico da legislação brasileira acerca da inclusão do surdo no ensino brasileiro, demonstrando o deslocamento da posição-sujeito do surdo na legislação de anormal, incapaz e deficiente, portanto, anômalo, fora das normas, contrário as regras, para diferente. Deixando o questionamento: o surdo é tornado oficialmente bilíngue?

Atendendo as legislações de âmbito Nacional à cerca da inclusão – Lei 9394/96; Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000; Lei 10.436 de 24 de abril de 2002; Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005; Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 – a prefeitura de São José dos Campos aprova em 19 de maio de 2010 a Lei no. 8117, autorizando a implantação do programa de Educação Bilíngue na Rede de Ensino Municipal, assegurando o ensino de LIBRAS e de Língua Portuguesa aos alunos surdos. Para garantir o cumprimento desta lei é criada a Portaria no. 117/SME/2010, que institui a Escola Bilíngue, a partir de 2011, a EME Profa. “Maria Aparecida dos Santos Ronconi”. Em 27 de dezembro de 2012 é aprovado o Projeto Especial de Escola Bilíngue – LIBRAS e Língua Portuguesa.

IV- ANÁLISE DO CORPUS DE PESQUISA

Como desdobramento subsequente da Lei Municipal no. 8117/2010, a Portaria 117/SME/2010 estabelece:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria n.º 117/SME/10

O Secretário Municipal de Educação no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Deliberação CME 02/02 homologada pela Portaria n.º 058/SE/02, com fundamento nas Leis Federais n.º. 9394/96 e n.º. 10.436/02, Decreto n.º 5626/05 e Lei Municipal n.º. 8117/10, expede a presente Portaria:

Art. 1º. Fica instituída como ESCOLA BILINGUE, a partir de 2011, a EMEF Profª Maria Aparecida dos Santos Ronconi, situada à Rua Ana Gonçalves da Cunha, nº 400, Jardim Jussara, São José dos Campos SP, para funcionar como referência de atendimento aos alunos surdos da Rede de Ensino Municipal.

Parágrafo único. Esta unidade escolar, aberta para alunos surdos e ouvintes, terá como metas ações organizacionais e metodológicas específicas para garantir o uso oficial da LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais – e a Língua Portuguesa como línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo processo educativo.

Art. 2º. O processo de Escolha e Atribuição de Classes e Aulas da EMEF Profª Maria Aparecida dos Santos Ronconi, para os professores efetivos da REM, obedecerá normas expressas em portaria específica, não se aplicando a esta Unidade Escolar o processo regulamentado pelas Portarias nº 153/SME/03 e 091/SME/04.

Parágrafo único. Excepcionalmente, visando implementação de um projeto diferenciado para a ESCOLA BILINGUE, fica vedada a remoção de professores efetivos da Rede de Ensino Municipal, para esta unidade escolar para o ano de 2011.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São José dos Campos, 23 de Setembro de 2010.

ALBERTO ALVES MARQUES FILHO
Secretário Municipal de Educação

Reafirmando o parágrafo único da Portaria 117/SME/2010, o Projeto Especial de Escola Bilíngue, traz entre os seis objetivos:

- Desenvolver um currículo que reconheça a LIBRAS e a Língua Portuguesa como línguas de instrução utilizadas em todo processo de ensino e aprendizagem;

Os demais objetivos são:

- Favorecer o desenvolvimento cognitivo e psicossocial dos alunos surdos, ao possibilitar o reconhecimento e a construção de sua identidade e cultura surda e a expressão de comunicação, desejos e conhecimentos sociais;

- Propiciar o uso e a difusão da LIBRAS reconhecidamente como língua oficial e rica em aspectos linguísticos e culturais;

- Possibilitar aos alunos surdos a compreensão e o acesso à informação, às atividades e aos conteúdos curriculares no processo de ensino e aprendizagem;

- Possibilitar a integração entre surdos e ouvintes através do desenvolvimento da competência em duas Línguas, LIBRAS e Língua Portuguesa;

- Construir uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem por meio de experiências visuais.

Para atender a esses objetivos o Projeto Especial de Escola Bilíngue – LIBRAS/Língua Portuguesa, garante, entre outros profissionais especializados, o Professor ou Instrutor de LIBRAS, preferencialmente um surdo, que deverá ministrar as oficinas de LIBRAS para toda comunidade escolar (professores, funcionários, alunos ouvintes e surdos), conforme podemos observar nos subtítulos do projeto Especial de Escola Bilíngue que segue:

Professor ou Instrutor de Libras

O Professor ou Instrutor de Libras será responsável pelas oficinas de Libras na Escola Bilíngue. Esse profissional, de preferência representativo da comunidade surda e surdo, terá que ser habilitado para função docente, ou seja, avaliado na fluência, conhecimento e competência para o ensino de Libras.

Esse profissional também tem como responsabilidade estudar os termos científicos introduzidos pelo conteúdo curricular, investigando em livros, dicionários especializados, em articulação com os professores da área de conhecimento e principalmente em contato com representantes da comunidade surda da região, para procurar ou criar os sinais em Libras correspondentes aos termos.

Oficinas de Libras

As Oficinas de Libras serão ministradas pelo Professor ou Instrutor de Libras para toda comunidade escolar (professores, funcionários, alunos ouvintes e surdos), de acordo com os horários organizados previamente pela Equipe de Liderança da Escola Bilíngue. Deverão ser realizadas em horário de trabalho ou horário de formação para professores, funcionários e Docentes Interlocutores/ Intérpretes, no turno escolar para os alunos ouvintes (horário disponibilizados em certas disciplinas) e no contraturno para os alunos surdos.

As oficinas de Libras propiciarão a compreensão pela comunidade escolar das especificidades dessa língua, de forma a minimizar a extrema dependência dos Docentes Interlocutores nas comunicações interativas.

Como a maioria dos alunos surdos ainda possui conhecimentos restritos em Libras, as Oficinas são fundamentais para ampliar seus conhecimentos linguísticos e favorecer o seu desenvolvimento pessoal e pedagógico. Portanto, serão oferecidas de forma mais sistemática no contraturno escolar.

A organização didática e espacial dos locais onde serão ministradas as Oficinas de Libras deverão favorecer o aprendizado da Língua de Sinais, uma língua espaço-visual.

Primeiramente, respondendo à pergunta do artigo de BOLONHINI e COSTA (2011), o município de São José dos Campos, através de a Lei Municipal no. 8117/2010 institui a Educação Bilíngue para os alunos surdos, pois sua educação é necessariamente Bilíngue: LIBRAS e Língua Portuguesa na modalidade escrita. O reconhecimento do bilinguismo para os alunos surdos apoia a posição-sujeito já apontada pelas autoras como diferentes: seu processo educacional precisa contar com diferenças para garantir o desenvolvimento da pessoa surda.

Outro aspecto importante de ser analisado, é uma nova compreensão do que venha ser diferença no contexto da relação surdo-ouvinte, apontado pela portaria no. 117/SME/2010: ” garantir o uso oficial da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – e a Língua Portuguesa como línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo processo educativo. Como estamos falando numa escola de inclusão, onde surdos e ouvintes compõe as turmas regulares, a portaria está afirmando o bilinguismo para o ouvinte também. Isto coloca patamares de igualdade na relação entre os diferentes: ouvinte também é diferente. O ouvinte se beneficia da diferença tanto quanto o surdo.

No objetivo do Projeto Especial de Educação Bilíngue – LIBRAS e Língua Portuguesa, “Possibilitar a integração entre surdos e ouvintes através do desenvolvimento da competência em duas Línguas, LIBRAS e Língua Portuguesa; ” temos corroborado o nosso argumento: o bilinguismo é estendido ao aluno ouvinte. Tal fato é garantido também no item que fala dos profissionais, pois, ao prever o Instrutor de LIBRAS para surdos e ouvintes, garante-se a efetividade do projeto.

O interessante é que dentro deste contexto, temos uma ascensão da posição-sujeito do surdo, pois o ouvinte é exposto ao bilinguismo da educação surda. Quando as diferenças são encaradas por meio de trocas igualitárias, temos inaugurado uma inclusão de mão-dupla, que não se limita a convivência, mas se estabelece na troca de saberes e habilidades. E mais

importante ainda, é que o ouvinte não está perdendo, sua posição-sujeito não foi rebaixada ou está submissa à posição-sujeito do surdo.

Se as leis apontaram deslocamentos na posição-sujeito do surdo, compondo a formação discursiva deste, temos inaugurada em São José dos Campos, na implantação do Projeto Especial de Escola Bilíngue- LIBRAS e Língua Portuguesa, uma vanguarda que traz para o debate os projetos de inclusão do surdo e em geral, que embora reconheçam a diferença, esta não é considerada colocando os diferentes no mesmo patamar, como propõe este projeto.

V – CONCLUSÃO

Sob a perspectiva da Análise do Discurso, a noção de sujeito se dá na relação com o simbólico – a língua- e com a história, portanto, é afetado por elas e produz sentidos sob tais condições. Como a posição-sujeito é determinada pelos discursos que lhe dão sustentação, estes discursos definem os gestos de interpretação a respeito dos surdos e ouvintes. Assim, como demonstrou a pesquisa de Bolonhini e Costa, a posição-sujeito do surdo através do reconhecimento oficial de sua língua vem sofrendo deslocamentos. As palavras anormal, incapaz remetiam a anômalo, fora das normas, irregular, contrário as regras. Já a palavra diferente remete ao que não igual, ao que é diverso, modificado. Tais termos dão sentidos distintos à posição-sujeito do surdo. Tem-se aqui o deslocamento de uma posição-sujeito caracterizada pela falta para uma caracterizada pela diferença.

Como já afirmado anteriormente, trata-se do sujeito enquanto posição, um lugar. Como as leis fundam e legitimam discursividades sobre a posição-sujeito do surdo, pois esta é dada pelo discurso, percebe-se mais um deslocamento da posição-sujeito surdo e ouvinte na educação bilíngue proposta no município de São José dos Campos: amplia-se o diferente ao estabelecer condições de troca culturais entre ouvintes e surdos propondo o ensino de Libras para o ouvinte. A posição-sujeito de ouvinte e surdo é equiparada, colocadas no mesmo patamar de intercâmbio de culturas: a cultura surda e a cultura ouvinte. Ao estender o bilinguismo ao ouvinte, a legislação do município de São José dos Campos inaugura uma nova discursividade sobre a posição sujeito do surdo, definida pela cultura. Temos assim, instaurada na educação municipal joseense uma relação entre ouvinte e surdo que determinam uma posição-sujeito de reconhecimento da cultura do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BOLONHINI, Carmen Zink; COSTA, Pellegrinelli Barbosa. LIBRAS, Língua Portuguesa e o Bilinguismo. In: UYENO, Elzira Yoko; CAVALLARI, Juliana Santana. *Bilinguismo: Subjetivação e Identificações nas/pelas Línguas Maternas e Estrangeiras*. Campinas: Pontes Editores, 2011
- FIORIN, José Luiz. Leitura e dialogismo. In: ZILBERMAN, Regina; ROSING, Tania M. K. (Org.). *Escola e Leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.
- GRANTHAM, Marileide Resmini. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do Discurso: Lugar de Enfrentamentos Teóricos. In: FERNANDES, Claudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. (Org.). *Teorias Linguísticas: Problemáticas Contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- ORLANDI, Eni. *A Linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A Construção da Análise do Discurso: Percurso Histórico. *Revista Brasileira de Letras*, v. 1, n. 1, 39-44, 1999.

Legislação:

- São José dos Campos. Portaria no. 117/SME/11 que institui a EMEF prof. Maria Aparecida Santos Ronconi como Escola Bilíngue (LIBRAS/Língua Portuguesa).
- São José dos Campos. Projeto Especial de Escola Bilíngue - LIBRAS/Língua Portuguesa de 17/12/2012, Secretaria Municipal de Educação.